



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

www.marica.rj.gov.br

26 de fevereiro de 2024.

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 05/2023

À Comissão Permanente de Licitação – CPL,

Trata-se de resposta ao pedido de *suspensão* da Concorrência Pública nº 05/2023, apresentada pelo INSTITUTO E-DINHEIRO BRASIL, inscrito no CNPJ sob o nº 21.590.044/0001-99, cujo objeto consiste na contratação de empresa ou instituição financeira, instituições sem fins lucrativos, qualquer instituição que seja formalizada no cadastro nacional de pessoa jurídica que possam atender ao objeto licitado, doravante, simplesmente instituição, especializada na prestação de serviços de transferência, pagamentos e demais movimentações em Moeda Social - Mumbuca, a fim de apoiar a Secretaria de Economia Solidária de Maricá/RJ na implementação da Política de Economia Popular Solidária.

Previamente a análise das considerações elencadas no referido documento, cabe elucidar que, conforme previsto na Lei de nº 8.666/93, instrumento convocatório indicado expressamente no presente edital, em seu artigo 41, §1º:

“Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.” (Lei 8.666, de 21 de junho de 1993)

Neste sentido, cumpre evidenciar que **não há no documento protocolado** menção a contestação ao edital na iniciativa, tão pouco a irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, que indica o uso do mecanismo jurídico da impugnação. Deste modo, considerando a pertinência dos apontamentos trazidos, tal manifestação encontra-se amparada pelo item 8.5.1 do Edital da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

www.marica.rj.gov.br

Concorrência Pública nº 05/2023, que viabiliza aos interessados a solicitação de esclarecimentos acerca da presente licitação, realizadas previamente, até o terceiro dia útil anterior à data marcada para a abertura dos envelopes. Considerando a data da concorrência pública o dia 29/02/2024 e o encaminhamento das considerações na data de 23/02/2024, tem-se como procedente a análise e demais esclarecimentos acerca da manifestação.

No que se refere aos questionamentos apontados nos itens 1.1, 1.2, esclarecemos que, apesar da vigência dos parágrafos 1º e 2º da Lei nº 2.652/2015; **não há uma determinação restritiva** na normativa apontada, visto que a iniciativa traz a seguinte redação:

“§1º Para a implantação e operacionalização das Unidades operacionais do Banco Comunitário Popular de Maricá, previstas no inciso II deste artigo, o Poder Público **poderá** celebrar convênios com Organizações da Sociedade Civil, certificada por entidade membro Rede Brasileira de Bancos Comunitários, garantindo-lhes o aporte financeiro e estrutural para o seu funcionamento.”
(Lei 2.652, de 15 de dezembro de 2015).

Portanto, a legislação municipal não se contradiz com o objeto proposto visto que não há previsão de vedação a celebração de convênios, contratos e demais termos de colaboração com entidades detentoras da expertise necessária ao desenvolvimento da iniciativa proposta. Salientamos que a possibilidade de celebração de parcerias previstas referem-se ao Banco Comunitário Popular de Maricá, o que se difere do objeto em questão. No tocante ao item 1.3, cabe elucidar que a política que envolve a transferência, pagamento e demais movimentações em moeda social Mumbuca no município de Maricá **vai além dos objetivos das finanças solidárias, sendo esta, parte de uma robusta prestação de serviço que movimenta economicamente a cidade**, capaz de viabilizar não só as relações financeiras e dignidade aos beneficiários da política de renda básica cidadã, mas a ampla circulação de uma moeda social utilizada para o crescimento e desenvolvimento do município; que abrange servidores públicos da administração direta, indireta, munícipes - que por estarem enquadrados em determinados perfis, são contemplados por políticas públicas, que não são necessariamente de transferência de renda, empresas, indústrias e demais estruturas que aquecem a economia local e, em certa medida, a tornam menos suscetível a variações e demais ocorrências externas que interferem na dinâmica da cidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

www.marica.rj.gov.br

Diante do exposto, as características que envolvem a transferência, pagamento e demais movimentações em moeda social se assemelha em significativos aspectos com os serviços prestados pelas instituições financeiras, sendo estes devidamente autorizados a participação da licitação, que possui por objetivo **viabilizar a ampliação da concorrência a qualquer empresa ou instituição financeira, instituições sem fins lucrativos, qualquer instituição que seja formalizada no cadastro nacional de pessoa jurídica e que possam atender ao objeto licitado.**

Em consonância com as especificidades e papel do uso na moeda local para o município e face à iniciativa de viabilizar esta crescente no território, a presente concorrência pública propõe-se a aprimorar os serviços e viabilizar novas funcionalidades para além das atualmente ofertadas; buscando a captação de munícipes ao uso da moeda, sendo esses não necessariamente ligados às políticas públicas municipais, com fins de incentivar e ampliar a sua circulação e consequentemente promover a continuidade das transformações nas relações socioeconômicas no território de Maricá.

Cabe esclarecer que os produtos e serviços previstos - e apontados no item 1.4 e 1.5, não são incomuns, tão pouco excludentes, e que a ampliação da competitividade viabilizada por intermédio da iniciativa permeia a prestação do serviço mais adequada ao interesse público, que atualmente abrange o aprimoramento da estrutura que compõe a transferência de moeda social, viabilizando novos acessos e usos a moeda. **Salientamos ainda que parte dos serviços, mesmo que de interesse da administração pública, foram inseridos como características sucessíveis a pontuação ou não por parte das interessadas, de forma que foi utilizada devida ponderação no que tange às necessidades de ampliação da política e seus serviços e a ampla competitividade, que não restringe propostas que contemplem a totalidade dos produtos apresentados.**

Em continuidade, de forma a sanear os questionamentos presentes no item 1.6, apresentamos os seguintes esclarecimentos:

- a) De forma a ampliar o uso da moeda social local e reestruturar as atividades disponibilizadas, a Prefeitura de Maricá pretende contratar a prestação de serviços que abrange as movimentações em moeda mumbuca e além disso viabilizar novos produtos com vistas a sua ampliação. O entendimento da gestão é de que a moeda social ocupa um papel para além da transferência de renda mas abrange não só a



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

www.marica.rj.gov.br

economia solidária, mas o impulsionamento do município e capacidade de estabelecimento desta frente como o principal pilar da economia local.

- b) A prestação do serviço propõe-se a viabilizar vantagens aos usuários da moeda mumbuca para além da transferência de recursos em formato da moeda social. Cabe pontuar que, a política pública originada do município permite que o desenvolvimento da mesma seja motivado pela administração, devidamente adequada às atribuições da Secretaria de Economia Solidária.
- c) Esclarecemos que o edital em questão propõe uma reestruturação dos serviços e possibilidades do uso da moeda para os munícipes de Maricá, e que as exigências mínimas não se enquadram como adversas a política pública municipal.

Esclarecemos que, em resposta ao item 1.7, a iniciativa se refere a transações a serem realizadas em moeda social local, que possui lastro em reais, assegurados pela Prefeitura Municipal de Maricá - conforme item 7.1.2.5. Deste modo, os rendimentos e parte dos serviços financeiros que exigirem realização em real, deverão ser convertidos em moeda circular na conta dos usuários. Face à menção da destinação dos excedentes, item 2, salientamos que a transferência de recursos realizada pela administração será exclusivamente destinada às políticas públicas.

Pontuamos que, a respeito do item 3, referente a ausência da anexação do Estudo Técnico Preliminar no edital e seus anexos publicados, inexistente obrigatoriedade a publicação do ETP no âmbito municipal, sendo facultado ao órgão a inclusão do referido documento. Entretanto, de forma a viabilizar esclarecimentos ao pontuado, as especificações previstas para a linguagem, previstas no item 15.3.2.1 correspondem ao item 15.3.1 “Compõem as especificações mínimas do BackOffice no que compete”, possuem especificações mínimas do sistema e dos equipamentos físicos das unidades de atendimento que viabilizem a real execução do objeto, conforme previsto no item 15.3.

No tocante ao item 4, esclarecemos que a “Fiscalização e acompanhamento do cadastro dos beneficiários” constante no item 7.1.3.1.2 referem-se às “Transferências, pagamentos e demais movimentações em Moeda Social - Mumbuca”, de forma que a vencedora do certame deverá possuir a estrutura necessária correspondente a banco de dados suficiente para acompanhar por intermédio do cadastro dos usuários, às políticas públicas em que são contemplados e demais



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

www.marica.rj.gov.br

movimentações, de forma a colaborar com esclarecimentos e informações solicitadas; não podendo ser confundida com a atribuição da administração pública de fiscalizar a execução dos serviços, prevista no item 07.4 do edital e itens 18.3.2, 18.3.7, 18.3.12, 19 do Termo de Referência.

Em resposta ao item 5 e em consonância com os itens já esclarecidos, entendemos que o fortalecimento da moeda social no município de Maricá perpassa pela sua ampliação, o que seria a somatização da circulação e uso da moeda, provocada pela ampliação no número de usuários. Quanto ao questionamento constante no item 6, informamos que o item 13.2, refere-se a limitação de participação a *peessoas jurídicas* legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame, com o objeto social pertinente e compatível com o objeto do certame, e que atenderem às exigências do Edital.

Acerca dos apontamentos constantes nos itens 7, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4 esclarecemos que o objeto da presente licitação não se trata de contratação de software, mas da prestação de serviço que envolve o desenvolvimento da política de economia solidária municipal. A transferência, pagamento e demais movimentações em moeda social compõem parte da prestação do serviços, em conjunto com o fomento da economia solidária, finanças solidárias e cooperativismo por intermédio das incubadoras sociais, ampliação e implantação de microcréditos solidários de alcance socioeconômico, educacional e ambiental, estabelecimento das unidades de atendimento e demais atividades de incentivo ao uso da moeda mumbuca. O entendimento da administração é de que a forma de contratação não possui relação e interferência na política municipal, visto que essa perpassa pela sua gestão. Desta forma, foi estabelecido critério de pontuação a pessoas jurídicas que comprovem devida experiência com o objeto, sem restringir a competição a aquelas que a detém, e ratificamos que a legislação municipal não restringe a realização de operação da moeda social por instituições de finanças solidárias.

Em continuidade aos esclarecimentos, no que compete aos itens 8, 8.1, 8.2 e 8.3, pontuamos que, considerando a correlação existente entre os serviços que viabilizam o desenvolvimento da política de economia solidária, a pessoa jurídica vencedora do certame terá total responsabilidade em caso de subcontratação, conforme previsto no item 16.2.4. Desta forma, não cabe exigência/habilitação a plataforma digital porventura subcontratada, considerando que a instituição contratada já possui devida comprovação de expertise.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

www.marica.rj.gov.br

Cabe instruir que o edital de concorrência pública nº 05/2023, assim como o processo administrativo de nº 16512/2023 foi integralmente motivado e instruído pela Lei Federal nº 8.666/1993, devidamente vigente à época, sendo o processo licitatório autorizado a seguir com o regramento mencionado em razão da sua publicação ter sido realizada anteriormente à data de 31 de dezembro de 2023, conforme previsto no Acórdão 507/2023, de 22/03/2023, do Plenário do TCU. Desta forma, não há esclarecimentos a serem saneados no item 9, visto que a lei norteadora de tais questionamentos não é a de referência do procedimento licitatório.

Diante do requerimento constante no item 2, pontuamos que não há previsão legal para o pedido de suspensão motivado por instituição interessada, sendo esclarecidos os demais itens apontados pela requerente.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de estima e consideração, nos mantendo à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Andrea Cunha da Silva Monken
Secretária de Economia Solidária
Matrícula: 112.775